

Brasil

RIBAMAR OLIVEIRA



Crítica ao controle do endividamento

O sistema de controle do endividamento do setor público feito atualmente está completamente errado. Os limites são estabelecidos em termos globais e a única preocupação é impedir que a dívida pública cresça. Com isso, o governo federal pune os municípios que têm as finanças equilibradas, pois eles ficam proibidos de usar créditos para viabilizar investimentos. Esta avaliação foi feita pelo prefeito de Vitória (ES), o tucano Luiz Paulo Velloso Lucas.

Ele aguardava ontem o resultado da convenção do PSDB, que iria sacramentar o seu nome como candidato à reeleição em outubro. Aproveitou para falar sobre as dificuldades que o administrador tem hoje para investir. Citou o caso do prefeito de uma cidadezinha do interior do Espírito Santo que deseja pegar um empréstimo no Fname para comprar um trator e, com isso, abrir poços para a criação de peixes.

Esse é um programa que o prefeito idealizou para aumentar a renda de famílias pobres do município. "Ele não pode pegar o dinheiro para comprar o trator porque isso vai explodir o endividamento público", relata indignado. "A cidadezinha é bem administrada, está com suas finanças em ordem, mas é impedida de pegar crédito para fazer investimentos".

Nas pesquisas de opinião, o prefeito da cidade de Linhares é o melhor avaliado do Espírito Santo. É um professor de Física, filiado ao PMDB, extremamente austero e quase uma unanimidade na cidade. As contas do município estão em perfeita ordem. "Ele também não pode pegar crédito para fazer investimento", protesta Lucas. Ou melhor, pode até tentar obter o financiamento, mas certamente ficará preso no emaranhado dos controles burocráticos que foram instituídos para brear o crescimento da dívida pública.

Velloso Lucas cita a cidade de Vitória, cuja dívida global corresponde a apenas 20% da receita líquida disponível anual da prefeitura. "Posso pagar a dívida da cidade de uma única vez com a receita própria", afirma. Para se ter uma idéia do que isso significa,

a dívida da prefeitura de São Paulo está acima de duas vezes a receita líquida disponível anual. "Por que os municípios em boa situação fiscal devem ser tratados da mesma forma que os que estão em dificuldades?", questiona.

"Endividamento é como o colesterol: tem o bom e o ruim", filosofa Velloso Lucas. "Não se compra uma casa à vista, só com recursos próprios. O crédito é o oxigênio do investimento".

Na sua avaliação, os recursos próprios de uma prefeitura devem ser utilizados para alavancar o crédito que vai permitir realizar o investimento.

Velloso Lucas, que é funcionário de carreira do BNDES, apóia integralmente a Lei de Responsabilidade Fiscal. "Ela tornou imperativo uma coisa em que sempre acreditei e que fazíamos aqui em Vitória por opção política", afirma, numa referência à gestão responsável das contas públicas. Ele gasta apenas 51% da receita líquida disponível da prefeitura com o pagamento do funcionalismo; realizou a reforma previdenciária (a cidade possui um fundo previdenciário que paga a aposentadoria dos servidores inativos); reduziu o chamado crescimento inercial da folha de pessoal de 10% ao ano para 1,8%; aumentou a arrecadação do IPTU e do ISS, sem aumentar as alíquotas; terceirizou a cobrança da dívida ativa; a fiscalização dos tributos é profissionalizada; e desde que assumiu a prefeitura nunca deixou restos a pagar de um ano para o outro.

"Com a lei de responsabilidade fiscal o governo só fez a metade da tarefa", afirma. "Apresentou o porrete; falta agora a cenoura", diz. "Um município que investe anualmente menos de 10% de sua receita não está bem, também está desequilibrado", argumenta. Como forma de encorajar a administração responsável, Velloso Lucas propõe a criação de um ranking de municípios brasileiros, que seria utilizado pelo mercado para avaliar o risco de cada um.

O ranking seria elaborado de acordo com as normas mais rigorosas de controle das contas públicas. "Tenho certeza que existem pelo menos mil municípios brasileiros que são cinco estrelas", arrisca. Esse ranking poderia ser utilizado até mesmo para o lançamento de títulos no mercado interno e externo. "Nos Estados Unidos os municípios fazem investimentos lançando títulos e o mercado avalia o risco de cada um", nota. Essa proposta, segundo Velloso Lucas, tinha a simpatia do ex-presidente do Banco Central, Gustavo Franco. Depois, caiu no esquecimento. A esperança do prefeito de Vitória é que ela seja retomada.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às segundas-feiras

E-mail ribamar.oliveira@valor.com.br